

DIÁRIO DE UMA TRAVESTI: AUTORREPRESENTAÇÃO EM E SE EU FOSSE PURA, DE AMARA MOIRA

TRANSVESTITE DIARY: SELF-REPRESENTATION IN E SE EU FOSSE PURA, BY AMARA MOIRA

Atos Daniel Pereira da Silva¹

Resumo: este artigo analisa a obra *E se eu fosse pura* (2018), de Amara Moira, a partir dos conceitos de representação e autorrepresentação, articulando literatura, gênero e marginalidade social. Parte-se do contexto de violência estrutural contra pessoas trans no Brasil para compreender como a narrativa de Moira se constitui como espaço de resistência estética e política. A pesquisa, de caráter bibliográfico, qualitativo e exploratório, mobiliza referenciais teóricos como Leonor Arfuch, Judith Butler e Paul B. Preciado para discutir as escritas de si e os dispositivos normativos de gênero. A análise evidencia que a obra tensiona as fronteiras entre autobiografia, diário e autoficção, construindo uma identidade narrativa múltipla: travesti, prostituta, escritora, que desestabiliza imaginários hegemônicos. Conclui-se que a autorrepresentação, na obra, atua como estratégia de afirmação da existência e como deslocamento da literatura travesti da margem ao centro do debate acadêmico e cultural.

Palavras-chave: Autorrepresentação; literatura travesti; marginalidade.

Abstract: this article analyzes *E se eu fosse pura* (2018), by Amara Moira, through the concepts of representation and self-representation, articulating literature, gender, and social marginality. It starts from the context of structural violence against transgender people in Brazil to understand how Moira's narrative becomes a space of aesthetic and political resistance. The research adopts a bibliographical, qualitative, and exploratory approach, drawing on theoretical frameworks by Leonor Arfuch, Judith Butler, and Paul B. Preciado to discuss self-writing and gender normative devices. The analysis shows that the work challenges the boundaries between autobiography, diary, and autofiction, constructing a multiple narrative identity: travesti, sex worker, writer that destabilizes hegemonic imaginaries. It concludes that self-representation operates as a strategy for affirming existence and for displacing travesti literature from the margins to the center of academic and cultural debate.

Keywords: Self-representation; travesti literature; marginality.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil ocupa, historicamente, posição alarmante nos índices de violência contra pessoas LGBTQIAP+, especialmente travestis e mulheres transexuais. Segundo Benevides e Nogueira (2020), a expectativa de vida dessa população é drasticamente inferior à média nacional, revelando um quadro de precariedade estrutural. Esse cenário evidencia o que Judith Butler (2015) denomina enquadramentos diferenciais da violência, nos quais determinadas vidas são consideradas menos passíveis de luto e reconhecimento.

Em Quadros de guerra, Butler (2015, p. 13) declara que há “modos culturais de regular as disposições afetivas e éticas por meio de um enquadramento seletivo e diferenciado da

¹ Professor do curso de Licenciatura em Língua Inglesa da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Antonio Giovini Alves de Sousa. Mestre em Letras pela UESPI, na área de concentração em Literatura e Cultura, com linha de pesquisa em Literatura e outros sistemas semióticos. Desenvolve pesquisas nas áreas de literatura, gênero e educação, com ênfase nos estudos de gênero, sexualidade e teoria queer em produções literárias e cinematográficas LGBTQIAP+.

violência”. Assim, determinadas existências tornam-se socialmente deslegitimadas antes mesmo de sua morte física.

É nesse contexto que emerge a escrita de Amara Moira. Sua obra *E se eu fosse pura* constitui gesto político e literário que transforma a experiência da marginalização em matéria narrativa. Ao inscrever-se como travesti, prostituta e escritora, Amara Moira desafia o regime de representação que historicamente relegou corpos transexuais ao silêncio ou à caricatura.

Dito isso, este artigo tem como objetivo analisar de que modo a obra constrói processos de autorrepresentação e como tais estratégias tensionam categorias de gênero, identidade e literatura. A discussão sobre autorrepresentação insere-se no campo das chamadas “escritas de si”.

Leonor Arfuch (2010) afirma que o valor dessas narrativas não reside na verdade factual do relato, mas nas estratégias de construção do eu: “Não tanto a ‘verdade’ do ocorrido, mas sua construção narrativa, os modos de (se) nomear no relato [...] que história (qual delas) alguém conta de si mesmo” (Arfuch, 2010, p. 73). Assim, a autorrepresentação é processo discursivo, não reflexo transparente da realidade.

Logo, a autorrepresentação pode ser compreendida como o processo pelo qual um sujeito constrói discursivamente a própria imagem, narrando-se e significando a si mesmo em determinado contexto social, cultural e histórico. Diferentemente da representação produzida por um outro, que frequentemente projeta estereótipos, generalizações ou enquadramentos externos, a autorrepresentação implica uma tomada de palavra que reivindica o direito de definir a própria identidade.

Contudo, não se trata de um espelhamento fiel de uma essência interior, mas de uma construção narrativa situada, atravessada por escolhas linguísticas, estratégias discursivas e condições sociais de enunciação. Como aponta Leonor Arfuch (2010), nas “escritas de si” o que está em jogo não é a verdade absoluta dos fatos vividos, mas a maneira como o sujeito organiza sua experiência em relato, selecionando episódios, modulando vozes e produzindo sentidos sobre si.

Assim, a autorrepresentação é simultaneamente estética e política: estética porque envolve formas específicas de narrar e de estruturar o eu no texto; política porque desafia regimes hegemônicos de representação, especialmente quando exercida por sujeitos historicamente marginalizados, que passam de objetos de discurso a sujeitos de enunciação.

No campo dos estudos de gênero, Butler (2019) argumenta que o gênero é performativo, isto é, produzido reiteradamente por normas sociais. Logo, quando uma travesti escreve sobre si, não apenas relata uma experiência, mas reconfigura a inteligibilidade de seu próprio corpo.

Paul B. Preciado (2019, p. 4), ao discutir os dispositivos de gênero, demonstra como espaços e práticas cotidianas funcionam como tecnologias normativas. Ao afirmar que “cada

momento de expulsão de um dejetos orgânico serve como ocasião para reproduzir o gênero”, o autor revela como o controle simbólico opera inclusive nas dimensões mais banais da vida social. A escrita de Amara Moira, ao ocupar o espaço literário, subverte esses dispositivos. O que seria “lixo” social torna-se arte.

A produção acadêmica sobre Amara Moira ainda é embrionária. Destacam-se três estudos centrais: Leocádia Chaves (2017) analisa a dimensão autobiográfica da obra e aponta sua escrita ambivalente, “tecida a partir dos fios da dor e do prazer”. Daniel Moreira (2017, p. 787) enfatiza a construção da identidade narrativa: “Amara vai criar para si uma identidade narrativa, cuidadosamente trabalhada, que busca ultrapassar representações planas, simplórias.” Franco e Soares (2018) ressaltam o caráter subversivo da linguagem da autora, especialmente no uso do pajubá e do registro coloquial.

A partir disso, este artigo avança ao articular esses estudos com a noção de autorrepresentação enquanto estratégia estética e política. Logo, a pesquisa configura-se como bibliográfica, qualitativa e exploratória (Gil, 2008; Prodanov; Freitas, 2013). Já que foram analisados: A obra *E se eu fosse pura* (2018); Estudos críticos sobre a autora; Referenciais teóricos sobre autorrepresentação e gênero.

2 CORPO, BLOG E DIÁRIO: FORMAS HÍBRIDAS DE ESCRITA

A obra *E se eu fosse pura* apresenta-se como um objeto textual híbrido, cuja gênese está vinculada à blogosfera. A maior parte dos textos que compõem o livro foi inicialmente publicada no blog intitulado *E se eu fosse puta*, entre 2014 e 2017. Esse dado não é apenas circunstancial: ele interfere diretamente na forma, na linguagem e na construção do efeito de intimidade que permeia a narrativa.

Paula Sibilia (2008), ao analisar a cultura da exposição contemporânea, afirma que vivemos um deslocamento do íntimo para o público. O que antes era restrito ao espaço privado do diário passa a integrar circuitos de visibilidade coletiva. A autora utiliza o conceito de “extimidade” para designar esse fenômeno: uma intimidade exteriorizada, construída já com a consciência do olhar do outro.

Nesse sentido, a escrita de Amara Moira inscreve-se numa tradição moderna de “escritas de si” que não se limitam ao registro confessional, mas se estruturam como performance discursiva do eu. A narradora dirige-se constantemente ao leitor, antecipando julgamentos, respondendo a críticas e ironizando expectativas. Títulos como “Vocês já me conhecem super, não?” (Moira, 2018, p. 12) instauram um pacto de proximidade que é simultaneamente afetivo e estratégico.

Alex Primo (2008) destaca que o blog difere do diário tradicional por seu caráter interpessoal e interativo. Enquanto o diário clássico é voltado ao intrapessoal, o blog nasce já como espaço de diálogo. Essa diferença é fundamental para compreender a obra: a

narradora constrói sua identidade em interação com um público real, ainda que esse público seja posteriormente reconfigurado no suporte impresso.

Outro elemento decisivo é a manutenção do registro coloquial e do pajubá. A opção por não “higienizar” a linguagem na transposição do blog para o livro impresso é gesto político. A presença de gírias, termos da cultura travesti e palavrões desafia a norma culta como único parâmetro de legitimidade literária. Nesse ponto, pode-se dialogar com Bakhtin (1981), para quem a heteroglossia, a multiplicidade de vozes sociais, é constitutiva do romance moderno. Moira inscreve na literatura vozes historicamente marginalizadas, sem submetê-las à correção normativa.

Além disso, a dimensão corporal atravessa a escrita. O corpo travesti não é apenas tema; é instância enunciativa. A experiência da prostituição, da violência e do desejo é narrada a partir de um corpo que foi historicamente objetificado. Ao assumir a palavra, esse corpo desloca-se da posição de objeto observado para sujeito narrador.

Prontamente, a passagem do suporte digital ao impresso também implica uma transformação nos regimes de temporalidade que atravessam a narrativa. No blog, a escrita acompanha o ritmo do acontecimento, muitas vezes reagindo quase imediatamente aos fatos vividos; no livro, esses textos são reorganizados sob outra lógica de leitura, que suspende a urgência original e os reinscreve como memória elaborada.

Em um trecho em que comenta a própria escrita online, a narradora observa: “Postava quase no calor da hora, como quem ainda está com a maquiagem borrada” (Moira, 2018, p. 30). A imagem sugere uma escrita marcada pela proximidade temporal com o vivido, cuja intensidade permanece perceptível mesmo após a fixação no suporte impresso.

Essa dimensão temporal interfere também na construção do efeito de autenticidade. Ao reconhecer que os textos nasceram de circunstâncias específicas, a autora explicita que a memória não é reconstrução neutra, mas seleção e montagem. Em certo momento, afirma: “O que ficou no livro não é tudo o que vivi, é o que escolhi contar” (Moira, 2018, p. 30). A declaração reforça a ideia de que a autobiografia é sempre gesto de edição, deslocando a expectativa de transparência absoluta e sublinhando o caráter autoral da narrativa.

Outro desdobramento importante diz respeito à circulação ampliada proporcionada pelo livro. Se no blog havia um público que acompanhava a escrita de forma seriada e interativa, o impresso projeta a obra para leitores que desconheciam o contexto original das postagens. A narradora demonstra consciência dessa mudança ao afirmar: “Aqui já não falo só para quem me seguia; falo para quem talvez nunca tenha cruzado comigo na esquina ou na internet” (Moira, 2018, p. 42). O enunciado explicita a ampliação do interlocutor e a necessidade de negociar sentidos com um público heterogêneo, ampliando o alcance político da obra.

Além disso, a migração de um espaço considerado informal para o circuito editorial tensiona hierarquias culturais. A autora comenta esse deslocamento ao escrever: “O que era

post virou capítulo; o que era comentário virou literatura” (Moira, 2018). A formulação ironiza as fronteiras entre o que é reconhecido como produção literária legítima e o que é relegado à esfera digital efêmera. Ao transformar textos de blog em livro, Amara Moira questiona os critérios tradicionais de consagração literária e evidencia que a autoria pode emergir de espaços periféricos.

Logo, a hibridez formal da obra também se manifesta na oscilação entre registro ensaístico e narrativo. Há momentos em que a narradora interrompe a sequência de episódios para refletir conceitualmente sobre gênero, moralidade ou linguagem. Em uma dessas passagens, escreve: “Não estou só contando histórias; estou pensando alto” (Moira, 2018, p. 87). Essa autodefinição evidencia que a obra não se limita ao relato memorialístico, mas incorpora uma dimensão reflexiva que aproxima a escrita da crítica cultural. A mescla de relato e reflexão consolida a singularidade do projeto literário, reafirmando a blogosfera não como estágio preliminar, mas como matriz constitutiva da forma final do livro.

Assim, a forma híbrida da obra, entre blog, diário, memórias e autoficção, não é indefinição genérica, mas estratégia de autorrepresentação. A fragmentação textual espelha a fragmentação identitária do sujeito contemporâneo, conforme aponta Stuart Hall (2006), ao discutir a crise das identidades fixas na modernidade tardia.

3 O TÍTULO COMO GESTO POLÍTICO

A mudança do título de *E se eu fosse puta* (2016) para *E se eu fosse pura* (2018) constitui um dos gestos mais emblemáticos da obra. Não se trata apenas de alteração editorial, mas de operação simbólica que expõe os mecanismos de censura moral e mercadológica. No prefácio “A título de justificativa”, Amara Moira afirma: “E se eu fosse puta, e se eu não fosse; sendo ou não sendo, dá no mesmo, pois a palavra ‘puta’ é o problema, ela e somente ela” (Moira, 2018, p. 06). A autora evidencia que o incômodo não estava na narrativa, mas na palavra. A substituição revela como o mercado editorial e a recepção pública operam dentro de limites morais que regulam a circulação de determinadas expressões.

A mudança do título de *E se eu fosse puta* para *E se eu fosse pura* não constitui apenas uma estratégia editorial, mas um gesto de autorrepresentação profundamente político. Ao tematizar o próprio processo de circulação da obra, Amara Moira insere no texto uma reflexão metalinguística sobre quem pode falar, sob quais termos e com quais limites.

A declaração desloca a discussão da identidade factual para o campo discursivo. Não se trata da prática da prostituição em si, mas da potência simbólica da palavra. A autora evidencia que o controle social opera na linguagem, regulando quais termos podem circular no espaço público legitimado.

Pierre Bourdieu (1996) argumenta que o campo literário é estruturado por disputas simbólicas. O título original tensionava essas regras ao inserir no circuito editorial uma

palavra associada à marginalidade e ao estigma. Ao modificá-lo, Moira não capitula; ao contrário, ironiza o processo e explicita a hipocrisia social.

Ela escreve ainda: “Livro de puta vende [...] mas vende desde que saiba se comportar” (Moira, 2018, p. 06). A ironia desvela a lógica paradoxal: há consumo do exótico e do marginal, desde que domesticado. Essa observação dialoga com Gayatri Spivak (2010), quando questiona se o subalterno pode falar, e, se fala, sob quais condições é ouvido. Aqui, Moira ironiza a moralidade seletiva que permite o consumo do “marginal” desde que domesticado. A autorrepresentação, nesse contexto, é gesto de indisciplina: a narradora recusa suavizar sua experiência para torná-la palatável.

O ato de mudar o título é narrado como decisão estratégica, mas também como denúncia. Ao escrever sobre o constrangimento de leitores que encadernavam o livro ou evitavam carregá-lo em público, Amara Moira revela que o estigma da palavra recai sobre o corpo que a enuncia. A palavra “puta” torna-se extensão simbólica do corpo travesti.

Sob a perspectiva de Judith Butler (2019), pode-se afirmar que o nomear-se é ato performativo. Ao reivindicar para si o termo que socialmente a desqualifica, Amara Moira reconfigura sua inteligibilidade. A autorrepresentação aqui não é apenas narrativa de si, mas reapropriação linguística.

Nesse sentido, o título, em suas duas versões, encena a disputa pelo direito de nomeação. A pergunta “E se eu fosse...?” permanece em aberto, operando como provocação. A autora não busca afirmar pureza nem negar prostituição; busca expor a arbitrariedade das categorias que tentam fixá-la.

O novo título, E se eu fosse pura, introduz camada adicional de ironia. A palavra “pura” evoca o ideal moral feminino associado à castidade. Ao contrapô-la à prostituição, Moira expõe a arbitrariedade das categorias que classificam mulheres entre “santas” e “putas”. Trata-se de binarismo que sustenta o controle patriarcal sobre corpos femininos. Nesse sentido, o título funciona como dispositivo crítico que denuncia a moralidade seletiva aplicada a mulheres cisgênero e, com ainda maior rigor, a mulheres trans.

4 TRAVESTI, PROSTITUTA, ESCRITORA: NARRAR-SE NA MULTIPLICIDADE

A autorrepresentação em E se eu fosse pura constrói-se na recusa de identidades fixas. A narradora assume simultaneamente as posições de travesti, prostituta e escritora, sem hierarquizá-las. Em diversos momentos, a autora enfatiza que não aceita ser reduzida a uma única faceta. Ao refletir sobre sua trajetória, afirma: “Não quero ser lida só como travesti, nem só como prostituta. Quero ser lida como escritora” (Moira, 2018, p. 12).

Essa afirmação é central para a temática da autorrepresentação. Ao reivindicar o lugar de escritora, Amara Moira desloca o eixo de leitura que tende a exotizar sua experiência. O foco deixa de ser apenas o corpo e passa a ser a produção discursiva desse corpo. Em outra

passagem, ao comentar sua inserção na prostituição, a narradora desmonta estereótipos: “A prostituição não é esse inferno todo que vocês imaginam, mas também não é conto de fadas. É trabalho, é sobrevivência” (Moira, 2018, p. 54).

Ao afirmar isso, Amara Moira constrói uma representação que foge da vitimização absoluta ou da glamourização. A complexidade do enunciado reforça a dimensão estratégica da autorrepresentação: trata-se de disputar os sentidos atribuídos à prostituição travesti. A escrita aparece como extensão dessa experiência. Em certo momento, a autora explicita a interdependência entre vida e literatura: “Escrevo porque vivi, mas também vivo para poder escrever” (Moira, 2018, p. 33).

Essa frase evidencia a fusão entre experiência e projeto estético. A prostituição não é apenas tema; é matéria-prima da escrita. Daniel Moreira (2017) já apontava que, na composição de Amara Moira, a identidade de escritora não se sobrepõe à de prostituta, mas se articula com ela.

A autorrepresentação, portanto, assume forma processual. Não há essência travesti a ser revelada; há uma narrativa que se constrói na intersecção entre múltiplos papéis sociais. Dialogando com Stuart Hall (2006), pode-se afirmar que a identidade aqui é posicionamento, não substância fixa. Ao falar de si, Amara Moira produz uma travesti que pensa, analisa, ironiza e escreve. Esse gesto desestabiliza imaginários sociais que associam travestis exclusivamente à marginalidade corporal.

A dimensão política dessa escrita também se evidencia na forma como a narradora explicita as violências institucionais que atravessam sua trajetória, sobretudo no campo educacional e familiar. Ao narrar situações de constrangimento e exclusão, ela não o faz sob a chave da denúncia panfletária, mas pela exposição minuciosa das microagressões cotidianas que moldam subjetividades dissidentes.

Em determinado momento, ao rememorar sua vivência escolar, afirma: “Na sala de aula, eu aprendia latim; no corredor, aprendia a apanhar” (Moira, 2018, p. 47). A justaposição entre saber erudito e violência cotidiana evidencia a contradição estrutural de instituições que se pretendem universais, mas operam por mecanismos de exclusão.

Outro aspecto relevante é a problematização do desejo e da agência no contexto da prostituição. Ao narrar encontros com clientes, a autora desloca o foco da curiosidade voyeurística para a análise das dinâmicas de poder e negociação. Em uma passagem significativa, escreve: “Não sou fantasia de ninguém sem que eu queira ser” (Moira, 2018, p. 62). A frase sublinha a dimensão contratual e estratégica das relações estabelecidas, reafirmando a autonomia possível dentro de um campo marcado por assimetrias. Ao fazer isso, a narradora complexifica a leitura moralizante da prostituição, enfatizando que há escolhas, limites e racionalidades em jogo.

A construção da linguagem também merece destaque. Em diversos trechos, a autora explora jogos semânticos e ambivalências, tensionando categorias como “pureza”, “pecado”

e “normalidade”. Ao questionar o próprio título da obra, declara: “Pura para quem? Pura de quê?” (Moira, 2018, p. 6). A interrogação desmonta a noção normativa de pureza como parâmetro moral, revelando-a como dispositivo de controle social sobre corpos dissidentes. A escrita, nesse sentido, atua como ferramenta de desconstrução conceitual, evidenciando que as categorias que organizam o julgamento social não são neutras, mas historicamente situadas.

Além disso, a narradora explicita a consciência de estar sendo lida sob o signo da excepcionalidade. Em tom crítico, observa: “Quando uma travesti escreve, dizem que é exceção; quando não escreve, dizem que é incapaz” (Moira, 2018, p. 6). A formulação denuncia a armadilha discursiva que condiciona a legitimidade da produção intelectual travesti à lógica do extraordinário. Ao tematizar essa expectativa, Amara Moira recusa tanto o lugar da raridade quanto o da incapacidade, inscrevendo sua escrita em um campo de normalização da autoria travesti.

Assim, a obra sugere que a autorrepresentação não se limita ao conteúdo narrado, mas se manifesta na própria escolha de ocupar o espaço editorial. Ao comentar sua entrada no circuito literário, a narradora afirma: “Meu nome na capa já é um escândalo” (Moira, 2018, p. 51). A materialidade do livro, capa, autoria, circulação, integra o gesto político da escrita. Assim, a presença de Amara Moira no mercado editorial não é apenas resultado de uma trajetória individual, mas intervenção simbólica que reconfigura as fronteiras do que pode ser reconhecido como literatura brasileira contemporânea.

5 LITERATURA TRAVESTI E DESLOCAMENTO DO OLHAR: ESCREVER-SE PARA EXISTIR

A autorrepresentação em *E se eu fosse pura* não opera apenas no plano individual; ela tem dimensão coletiva. Ao narrar-se, Amara Moira inscreve a travestilidade no campo literário brasileiro como sujeito de enunciação. Em um trecho em que comenta o lugar social das travestis, a narradora afirma: “Para muita gente, travesti só serve na esquina, não na estante” (Moira, 2018, p. 21). A frase sintetiza a crítica ao confinamento simbólico dessas existências. A esquina representa o espaço da prostituição e da marginalidade; a estante, o espaço do saber e da legitimidade cultural.

Ao publicar seu livro, Moira ocupa simultaneamente ambos os espaços. Em outro momento, ao refletir sobre a exclusão acadêmica, escreve: “Não esperem que falemos por nós. Se não escrevemos, nos escrevem” (Moira, 2018, p. 44). Essa passagem explicita a dimensão política da autorrepresentação. A autora reconhece que a ausência de narrativas próprias abre espaço para representações externas, frequentemente estigmatizantes. Escrever-se torna-se estratégia de resistência epistemológica.

Trata-se de uma advertência e de uma convocação. A ausência de narrativas próprias não produz silêncio neutro; produz ocupação indevida. Quando sujeitos marginalizados não escrevem, são escritos. Quando não narram, são narrados. E quase sempre sob lentes que os reduzem a desvio, fetiche ou patologia.

Escrever-se, portanto, é disputar o arquivo. É interferir na memória coletiva antes que ela seja definitivamente moldada por olhares hegemônicos. É impedir que a travestilidade continue sendo registrada apenas em relatórios policiais, diagnósticos médicos ou crônicas sensacionalistas. A autorrepresentação, aqui, assume caráter epistemológico: trata-se de reivindicar autoridade sobre o próprio saber, sobre a própria experiência, sobre a própria linguagem.

A obra desloca o olhar tradicional que enquadra travestis como objeto de curiosidade, escândalo ou consumo. Ao assumir a narrativa, Amara Moira transforma-se em sujeito produtor de sentido e produtora de teoria a partir da própria vivência. A escrita não é ilustração de uma teoria prévia; é elaboração crítica situada. Judith Butler (2015) argumenta que o reconhecimento é condição de existência social. A escrita, nesse caso, opera como instrumento de reivindicação de reconhecimento e, ao mesmo tempo, como denúncia da violência que nega esse reconhecimento.

Além disso, a manutenção do pajubá e da oralidade no texto literário opera como gesto de valorização cultural. Ao não traduzir ou suavizar essas marcas linguísticas, Moira reafirma pertencimento comunitário e recusa a normatização estética. A literatura travesti contemporânea, da qual E se eu fosse pura é exemplo emblemático, não apenas amplia o repertório temático da literatura brasileira, mas redefine quem pode ocupar o lugar de autor. A autorrepresentação, assim, atua como deslocamento simbólico: da margem à estante, da esquina ao campo literário.

Ainda, a conservação do pajubá e da oralidade no texto literário não é mero recurso estilístico. É gesto político. Ao não traduzir, higienizar ou suavizar essas marcas linguísticas, a autora recusa a norma culta como único critério de legitimidade estética. A língua, que tantas vezes serviu para nomear e classificar corpos dissidentes, é tensionada por dentro. A presença do pajubá na literatura desestabiliza a ideia de que apenas determinados registros merecem permanência escrita. É uma língua que carrega história, resistência e comunidade.

E há algo ainda mais revolucionário nesse movimento: ao escrever-se, a travesti não pede licença. Não solicita autorização para existir no texto. Ela escreve apesar do sistema que a empurra para fora. A escrita torna-se ato de permanência em um país que estatisticamente reduz a expectativa de vida dessas existências. Publicar uma obra literária, nesse contexto, é também inscrever-se contra a lógica da eliminação.

A autorrepresentação, portanto, não é apenas deslocamento simbólico; é gesto de sobrevivência. É insubordinação estética. É afirmação de presença em um espaço que

historicamente tentou negar essa presença. E, ao ocupar a estante, a travesti não abandona a esquina, ela transforma ambos em território de linguagem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo central analisar de que modo E se eu fosse pura, de Amara Moira, elabora um processo de autorrepresentação que tensiona as normativas sociais de gênero e desestabiliza imaginários hegemônicos acerca da travestilidade. Observou-se que tal operação não apenas questiona enquadramentos moralizantes e exotizantes, mas também inscreve a literatura travesti no debate acadêmico e no campo cultural brasileiro como produção estética e crítica legítima. A partir desse eixo, buscou-se compreender como a narrativa articula experiência autobiográfica, ficcionalização do eu e intervenção política por meio de escolhas formais e linguísticas que convertem a escrita em espaço de disputa simbólica.

A análise evidenciou que a autorrepresentação, na obra, não se limita à exposição confessional da trajetória da autora. Trata-se de uma operação discursiva complexa, na qual o “eu” é estrategicamente construído como instância múltipla: travesti, prostituta, escritora, professora, ativista, recusando reducionismos identitários. Ao reivindicar o direito de nomear-se e de narrar-se, Amara Moira desloca a travestilidade da condição de objeto representado para sujeito da enunciação.

Observou-se também que o próprio título da obra, em suas duas versões, constitui gesto performativo de disputa simbólica. A problematização da palavra “puta” revela como os dispositivos sociais regulam não apenas corpos, mas também linguagens. Assim, a mudança de título não apaga a provocação; ao contrário, explicita os mecanismos de controle moral e mercadológico que condicionam a circulação de determinadas narrativas.

No que se refere à forma, a origem bloguística da obra e a manutenção do registro coloquial e do pajubá reforçam a dimensão híbrida do texto, situado entre diário, autobiografia e autoficção. Essa estrutura fragmentada não representa fragilidade estética, mas estratégia coerente com a própria condição contemporânea do sujeito, cuja identidade é atravessada por múltiplas instâncias sociais e discursivas.

Além disso, ao inscrever-se no campo literário, a autora realiza deslocamento simbólico significativo: da esquina à estante, da marginalidade social à legitimidade cultural. Esse movimento evidencia que a literatura travesti contemporânea não apenas amplia o repertório temático da produção brasileira, mas redefine os critérios de pertencimento ao próprio campo literário.

Por fim, entende-se, que E se eu fosse pura opera como prática estética e política de resistência. A autorrepresentação, nesse contexto, torna-se mecanismo de sobrevivência simbólica, instrumento de afirmação da existência e meio de reconfiguração do visível. Ao

narrar-se, Amara Moira não apenas conta sua história, mas intervém no regime de representação que historicamente silenciou corpos dissidentes. A literatura, assim, assume dupla dimensão: espaço de criação artística e arena de disputa por reconhecimento.

REFERÊNCIAS

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2020.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: gênero e sexualidade na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago França. São Paulo: n-1 edições, 2019.

CHAVES, Leocádia Aparecida. Fronteiras deslocadas: gênero e sexualidade na escrita autobiográfica de *E se eu fosse puta*, de Amara Moira. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, 11, 2017, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FRANCO, Adenize; SOARES, Luiz Henrique. Amara Moira – *E se eu fosse puta*. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 53, p. 431-436, jan./abr. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse pura**. São Paulo: Hoo Editora, 2018.

MOREIRA, Daniel. **Da prostituta-escritora à escritora-prostituta**: uma leitura de *E se eu fosse puta?*, de Amara Moira. 2017.

PRECIADO, Paul B. Lixo e gênero, mijar/cagar, masculino/feminino. **eRevista Performatus**, Inhumas, ano 7, n. 20, p. 1-5, abr. 2019.

PRIMO, Alex. Os blogs não são diários pessoais online: matriz para a tipificação da blogosfera. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 15, n. 36, p. 122-128, 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SIBILIA, Paula. **La intimidad como espectáculo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida et al. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

Recebido em: 22/02/2026
Aceito em: 19/05/2026